



Pirapora III Solar Holding S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025 e
2024 e relatório do auditor
independente



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas
Pirapora III Solar Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Pirapora III Solar Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para



Pirapora III Solar Holding S.A.

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras



Pirapora III Solar Holding S.A.

individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by

Assinado por Bruno Guedes Monteiro:1005965733
CPF: 1005965733

Data/Hora de Assinatura: 12 de maio de 2026 | 14:08 BRT

O ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1

C: BR

Emissor: AC SyngateID Multiple

1020765403030410

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

Pirapora III Solar Holding S.A.**Balanços patrimoniais**

Em 31 de dezembro

(em reais, exceto se indicado de outra forma)



		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativos	Nota				
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.768	9	412.804	318.681
Títulos e valores mobiliários	5	2.883.185	2.777.886	46.289.231	37.549.080
Contas a receber	6	-	-	5.248.273	5.089.623
Contas a receber de partes relacionadas	21.1	-	-	-	17.015
Tributos a recuperar	7	-	73.108	-	1.695.384
Adiantamentos a fornecedores		-	-	348.655	1.657
Dividendos a receber	21.3	1.021.297	3.147.079	-	-
Outros ativos		100	100	100	718
		3.952.350	5.998.182	52.299.063	44.672.158
Não circulante					
Tributos a recuperar	7	193.841	-	2.104.490	-
Investimentos	8	112.925.993	109.647.093	-	-
Imobilizado	9	-	-	259.638.960	272.772.502
Intangíveis	10	12.975.932	13.486.064	12.975.933	13.486.064
Direito de uso	11.1	-	-	8.805.739	9.451.196
		126.095.766	123.133.157	283.525.122	295.709.762
Total de ativos		130.048.116	129.131.339	335.824.185	340.381.920
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	13	24.078	8.440	11.399.752	3.732.680
Tributos a recolher	12	84.854	4.247	306.628	481.571
Contas a pagar a partes relacionadas	21.2	-	-	4.181	457.798
Adiantamentos de clientes		-	-	21.775	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	17.593.632	16.833.707
Impostos a recolher		-	-	349.531	769.951
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	483.839	1.228.656
Dividendos a pagar	21.4	942.307	3.039.424	942.307	3.039.424
		1.051.239	3.052.111	31.101.645	26.543.787
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	165.070.729	177.841.534
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	8.921.041	8.483.368
Impostos diferidos		-	-	353.210	156.762
Passivo para descomissionamento		-	-	1.380.683	1.277.241
		-	-	175.725.663	187.758.905
Patrimônio líquido					
Capital social	15.1	114.077.506	114.077.506	114.077.506	114.077.506
Reserva legal	15.2	3.081.832	2.883.451	3.081.832	2.883.451
Reserva de lucros	15.4	2.826.922	-	2.826.922	-
Dividendos adicionais propostos		9.010.617	9.118.271	9.010.617	9.118.271
Total do patrimônio líquido		128.996.877	126.079.228	128.996.877	126.079.228
Total do passivo e patrimônio líquido		130.048.116	129.131.339	335.824.185	340.381.920

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora III Solar Holding S.A.
Demonstrações do resultado
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	16	-	-	49.834.159	58.378.848
Custos das vendas	17	-	-	(23.818.266)	(24.070.648)
Lucro bruto		-	-	26.015.893	34.308.200
Despesas gerais e administrativas	18	(601.339)	(579.610)	(1.713.386)	(1.948.553)
Equivalência patrimonial	8	4.300.196	13.250.858	-	-
Outras receitas e despesas		-	24.184	(504)	119.623
Lucro operacional		3.698.857	12.695.432	24.302.003	32.479.270
Despesas financeiras	19	(22.393)	(9.123)	(21.801.972)	(18.978.434)
Receitas financeiras	19	331.859	114.875	4.782.850	2.580.437
Resultado financeiro		309.466	105.752	(17.019.122)	(16.397.997)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.008.323	12.801.184	7.282.881	16.081.273
Imposto renda e contribuição social corrente	20	(40.713)	(3.610)	(3.310.385)	(3.105.500)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	(4.886)	(178.199)
Lucro líquido do exercício		3.967.610	12.797.574	3.967.610	12.797.574

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora III Solar Holding S.A.
*Demonstrações dos resultados abrangentes
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	3.967.610	12.797.574	3.967.610	12.797.574
Resultado abrangente do exercício	3.967.610	12.797.574	3.967.610	12.797.574

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora III Solar Holding S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024		114.077.506	2.243.572	-	17.007.992	-	133.329.070
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	15.3	-	-	-	(17.007.992)	-	(17.007.992)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.797.574	12.797.574
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	15.2	-	639.879	-	-	(639.879)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.3	-	-	-	-	(3.039.424)	(3.039.424)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	9.118.271	(9.118.271)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		114.077.506	2.883.451	-	9.118.271	-	126.079.228
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	15.3	-	-	-	(107.654)	-	(107.654)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.967.610	3.967.610
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	15.2	-	198.381	-	-	(198.381)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.3	-	-	-	-	(942.307)	(942.307)
Reserva de Lucros	15.4	-	-	2.826.922	-	(2.826.922)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		114.077.506	3.081.832	2.826.922	9.010.617	-	128.996.877

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora III Solar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		3.967.610	12.797.574	3.967.610	12.797.574
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:					
Depreciação e amortização	17	510.131	510.132	16.476.147	16.056.466
Custos com empréstimos, debêntures e juros	19	-	-	20.512.345	18.632.983
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	19	(317.479)	(114.875)	(4.479.920)	(2.577.310)
PIS e COFINS diferidos		-	-	5.791	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	-	-	4.886	178.199
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	40.713	3.610	3.310.385	3.105.500
Resultado de equivalência patrimonial	8	(4.300.196)	(13.250.858)	-	-
Resultado com variação cambial e monetária		(14.380)	-	(199.311)	-
		(113.601)	(54.417)	39.597.933	48.193.412
<u>Variações dos ativos e passivos operacionais</u>					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(158.650)	10.737.558
Contas a receber de partes relacionadas	21.1	-	-	17.015	114.245
Adiantamentos a fornecedores		-	1.814	(346.998)	44.583
Despesas antecipadas		-	1.051	-	4.730
Tributos a recuperar	7	(106.353)	(24.400)	(106.353)	(1.424.693)
Outros ativos		-	-	617	(617)
Tributos a recolher	12	39.895	317	(29.885)	(511.586)
Contas a pagar	13	15.638	(27.600)	7.639.718	1.427.118
Contas a pagar a partes relacionadas	21.2	-	-	(453.616)	119.117
Adiantamento de clientes		-	-	21.775	-
		(50.820)	(48.818)	6.583.623	10.510.455
Caixa gerado pelas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(3.609)	(3.690.093)	(3.498.717)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		(164.421)	(106.844)	42.491.463	55.205.150
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Pagamentos na aquisição de imobilizado	9	-	-	(2.159.661)	(2.286.316)
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		212.180	(1.113.549)	(4.260.231)	531.771
Dividendos recebidos	8	3.147.079	22.454.965	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		3.359.259	21.341.416	(6.419.892)	(1.754.545)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de empréstimos - principal	14	-	-	(16.448.276)	(15.148.899)
Pagamento de empréstimos – juros	14	-	-	(15.002.185)	(15.853.050)
Dividendos pagos	15.3	(3.147.079)	(21.234.572)	(3.147.079)	(21.234.572)
Pagamento de passivo de arrendamento	11.2	-	-	(1.379.908)	(1.270.976)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(3.147.079)	(21.234.572)	(35.977.448)	(53.507.497)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		47.759	-	94.123	(56.892)
Variação do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		9	9	318.681	375.573
No final do exercício		47.768	9	412.804	318.681
		47.759	-	94.123	(56.892)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora III Solar Holding S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aquisição de imobilizado e intangível a prazo	-	-	27.354	217.666
Reversão de imobilizado	-	-	-	37.865
Passivo para descomissionamento	-	-	-	1.277.241

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Pirapora III Solar Holding S.A ("Pirapora III Holding" ou "Companhia") é uma Companhia anônima, constituída em 3 de março de 2017, que se rege pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av Almirante Barroso no 81, 19º andar, Centro. A Companhia é controlada pela EDF EN do Brasil Participações S.A., detentora de 100% das ações. Seu acionista controlador final é a EDF S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da República Francesa, com sede em Coeur Défense, Tour B, 100, Esplanade du Général de Gaulle, 92932 Paris, la Défense Cedex.

A Companhia tem por objeto social o propósito específico de implantar e explorar a geração de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica, no projeto Pirapora Fase III, sendo Vazante I Energias Renováveis S.A. ("Vazante I"), Vazante II Energias Renováveis S.A. ("Vazante II") e Vazante III Energias Renováveis S.A. ("Vazante III"), (em conjunto, "Grupo").

A autorização para exploração foi adquirida pelo consórcio Pirapora, um dos vencedores no primeiro leilão de energia de reserva, realizado pela ANEEL em 31 de outubro de 2014. Na ocasião, o consórcio obteve êxito na venda de 18 MWm ao preço médio de R\$ 216,12 /MWh. Após o êxito no leilão, foram constituídas três SPEs que, juntas, possuem capacidade total instalada de 81MW ofertada nesse mesmo leilão.

As suas controladas entraram em operação comercial ao longo do segundo semestre de 2017, conforme evidenciado abaixo:

- Vazante I: a partir do dia 16 de dezembro de 2017, conforme despacho nº 4.246, de 15 de dezembro de 2017;
- Vazante II: a partir do dia 7 de dezembro de 2017, conforme despacho nº 4.117, de 6 de dezembro de 2017; e
- Vazante III: a partir do dia 7 de dezembro de 2017, conforme despacho nº 4.118, de 6 de dezembro de 2017.

1.1 Estrutura e autorizações para o projeto

As entidades que fazem parte do Complexo Solar Pirapora III, localizado no município de Pirapora – MG, possui capacidade total instalada de 81 MW (92,602 MWp). Suas controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar e suas controladas assinaram com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para a construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

Abaixo encontram-se evidenciadas as características de cada controlada, a saber:

Companhias constituídas	Assinatura da outorga	Capacidade	
Vazante I Energias Renováveis S.A.	08 de maio de 2015	27	MW
Vazante II Energias Renováveis S.A.	14 de maio de 2015	27	MW
Vazante III Energias Renováveis S.A.	21 de maio de 2015	27	MW
		81	MW

A contabilização da energia produzida pelas controladas ocorre de forma mensal. De acordo com o Power Purchase Agreement - PPA, a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos, são restituídos pela Companhia,

enquanto desvios positivos, são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

As principais características dos projetos de suas controladas estão destacadas abaixo:

- Planta fotovoltaica composta por cinco subparques de 37 MW cada;
- Rede de Média Tensão subterrânea de 34,5 kV;
- Subestação Coletora Pirapora II 34,5/138 kV;
- Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 10km, interligando a Subestação coletora Pirapora I à Subestação Pirapora 2;
- Bay de Conexão na Subestação Pirapora 2 em 138/345/500kV.

1.2 Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado. A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações das controladas da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *Curtailement* (cortes de geração) de geração eólica:
Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico). A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia e suas controladas continuarão monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 12 de maio de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 22.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento de clientes, adiantamento a fornecedores, transações com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, pelo valor contábil, menos a perda (*Impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 22.

2.4 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na

consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Controladas	Atividade	% Participação
Vazante I Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%
Vazante II Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%
Vazante III Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.6 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Pirapora III Solar Holding S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Estimativa	Nota Explicativa
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(a)
Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos	(c)
Provisão para receita extra/ressarcimento	(d)
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.6
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.8

(a) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 20).

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro

tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

- O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.
- Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
- Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.
- Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
- Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

(b) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da subsidiária).

(c) Provisão para receita extra/ressarcimento

Os contratos das controladas da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre 90% e 100% da quantidade de energia contratada e

ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

2.7 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.8). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial

pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de

créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Empresa e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Investimento em controladas

O investimento em controladas (Vazante I Energias Renováveis S.A., Vazante II Energias Renováveis S.A., Vazante III Energias Renováveis S.A.) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

3.7 Ativo intangível

Refere-se a mais valia reconhecida como resultado da aquisição das investidas além de intangíveis relacionados à aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelos órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar.

O ágio e custo do intangível reconhecido são amortizados pelo período da outorga conforme demonstrado na tabela abaixo atualizada em 31 de dezembro de 2025:

Pirapora III Solar Holding S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Ativo Intangível	Mais Valia	Valor contábil das licenças	Intangível Amortizável	Período de Outorga	Prazo
Vazante I	1.861.995	2.493.894	4.355.889	01/03/2016	35 anos
Vazante II	1.883.620	2.408.766	4.292.386	01/03/2016	35 anos
Vazante III	1.900.964	2.426.693	4.327.657	01/03/2016	35 anos
	5.646.579	7.329.353	12.975.933		

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(a) Gastos com projetos fotovoltaicos

Os gastos com desenvolvimentos de projetos fotovoltaicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos fotovoltaicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos eólicos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

(b) Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Empresa para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A Empresa não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Empresa possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Empresa não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Empresa optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Empresa possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(a) Provisão para receita excedente e ressarcimentos

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A Empresa reconhece por provisão os excedentes de geração de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas. A energia gerada excedente ao compromisso assumido no leilão é precificada pelo valor estabelecido em contrato, considerando suas faixas de tolerância e reconhecida na competência de suas medições. Diferenças negativas entre o compromisso e a geração, caracterizadas como ressarcimento, são reconhecidas por provisão pela Empresa no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais.

3.11 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Empresa possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.12 Passivo para descomissionamento

O passivo para descomissionamento é mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização dos parques eólicos, quais sejam: o desmantelamento dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica dos parques, tendo como contrapartida o imobilizado. As premissas utilizadas são baseadas em informações atuais sobre custos e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.

3.13 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.14 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Empresa concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Empresa e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Empresa concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(a) Receita de geração de energia

A receita da Empresa e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Empresa obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Empresa e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

(b) Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Empresa.

(c) *Constrained-off* de usinas

Os eventos de *constrained-off* de usinas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido a limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros

compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado aos *constrained-off*.

3.15 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao regime do lucro real, enquanto as empresas indiretas (SPEs) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) Lucro presumido

As controladas que são classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(b) Lucro real

A Empresa e suas controladas tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(c) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(d) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.16 Arrendamento

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um passivo de arrendamento (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

(a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

(b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo em seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.17 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis

esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de *impairment* de 2025, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

3.18 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as empresas a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não identificou impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

(b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

As alterações:

esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;

adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar

os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como ‘contracts referencing nature-dependent electricity’. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de ‘own use’;
- (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente

divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

medidas de desempenho definidas pela administração;
abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A Companhia aplica as alterações se:

sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou

estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Pirapora III Solar Holding S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	47.768	9	412.804	318.681
Total	47.768	9	412.804	318.681

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 22.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Títulos e valores mobiliários	2.883.185	2.777.886	46.289.231	37.549.080
	2.883.185	2.777.886	46.289.231	37.549.080

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2025, sobre o DI CETIP ("CDI") de 100%.

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2025	2024
Contratos de energia (i)	5.248.126	5.089.623
Contratos de mercado de curto prazo	147	-
	5.248.273	5.089.623

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente em 12 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes

setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
IRPJ	-	1.598	-	390.649
CSLL	-	1.354	-	183.255
PIS	-	843	-	132.763
COFINS	-	5.191	-	784.373
IRRF	-	62.802	-	90.646
Outros	-	1.320	-	113.698
	-	73.108	-	1.695.384
Não Circulante				
IRPJ	70.742	-	535.329	-
CSLL	28.323	-	246.261	-
PIS	527	-	160.375	-
COFINS	2.312	-	910.188	-
IRRF	90.369	-	118.997	-
Outros	1.568	-	133.340	-
	193.841	-	2.104.490	-
Total	193.841	73.108	2.104.490	1.695.384

Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação de impostos de acordo com a legislação tributária e/ou alvo de solicitação de restituição junto ao Fisco, quando permitido, a serem definidos pela Administração da Companhia. Em 2026 a Companhia avalia a solicitação da restituição dos montantes acima através de PERDCOMP.

Pirapora III Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



8 Investimentos

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.4 (a)).

	Vazante I	Vazante II	Vazante III	Total
Saldo em 31/12/2024	37.544.211	37.481.879	34.621.003	109.647.093
Equivalência patrimonial	1.088.321	1.768.882	1.442.993	4.300.196
Dividendos mínimos obrigatórios	(258.476)	(420.109)	(342.712)	(1.021.297)
Saldo em 31/12/2025	38.374.056	38.830.652	35.721.284	112.925.993

	Vazante I	Vazante II	Vazante III	Total
Saldo em 31/12/2023	38.638.502	40.219.777	36.608.217	115.466.496
Equivalência patrimonial	4.179.065	4.508.141	4.563.652	13.250.858
Dividendos mínimos obrigatórios	(992.528)	(1.070.684)	(1.083.867)	(3.147.079)
Dividendos adicionais propostos	(4.280.828)	(6.175.355)	(5.466.999)	(15.923.182)
Saldo em 31/12/2024	37.544.211	37.481.879	34.621.003	109.647.093

Abaixo, apresentamos a movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025		
	Vazante I	Vazante II	Vazante III
Ativo circulante	15.481.883	17.176.424	16.709.702
Ativo não circulante	92.501.541	90.498.115	87.355.692
Passivo circulante	10.608.354	10.034.655	10.428.693
Passivo não circulante	59.001.014	58.809.232	57.915.417
Patrimônio líquido	37.285.735	37.061.770	34.278.291
Lucro do exercício	1.088.321	1.768.882	1.442.993

Pirapora III Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2024		
	Vazante I	Vazante II	Vazante III
Ativo circulante	13.379.757	14.526.920	13.914.376
Ativo não circulante	95.970.695	94.111.250	90.864.513
Passivo circulante	8.987.163	8.896.550	8.755.042
Passivo não circulante	62.819.078	62.259.739	61.402.845
Patrimônio líquido	33.365.146	32.973.740	30.057.350
Lucro do exercício	4.179.065	4.508.141	4.563.652

Pirapora III Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



9 Imobilizado

Consolidado					
2025					
Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Painéis Solares Fotovoltaicos	4% a.a. 271.495.261	2.187.014	-	(15.271.432)	258.410.844
Passivo para descomissionamento	1.277.241	-	-	(49.125)	1.228.116
Total	271.495.261	2.187.014	-	(15.320.557)	259.638.960
Custo	377.640.033				379.827.048
Depreciação acumulada	(104.867.531)				(120.188.088)
Imobilizado líquido	272.772.502				259.638.960

Consolidado					
2024					
Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Painéis Solares Fotovoltaicos	4% a.a. 284.097.589	2.541.847	(37.865)	(15.106.310)	271.495.261
Passivo para descomissionamento	-	1.277.241	-	-	1.277.241
Total	284.097.589	3.819.088	(37.865)	(15.106.310)	272.772.502
Custo	373.858.810				377.640.033
Depreciação acumulada	(89.761.221)				(104.867.531)
Imobilizado líquido	284.097.589				272.772.502

Atualmente, os ativos da Companhia que estão classificados como aerogeradores eólicos são dados em garantia de empréstimos (vide nota 14). A Companhia efetuou uma avaliação de indicadores de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização.

Pirapora III Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10 Intangível**

Consolidado				
2025				
	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Licenças (i)				
Vazante I	2,86% a.a.	4.526.946	(171.057)	4.355.889
Vazante II	2,86% a.a.	4.461.259	(168.873)	4.292.386
Vazante III	2,86% a.a.	4.497.859	(170.202)	4.327.657
Total		13.486.064	(510.133)	12.975.933
Custo		17.854.637		17.854.637
Amortização acumulada		(4.368.573)		(4.878.704)
Intangível líquido		13.486.064		12.975.933

Consolidado				
2024				
	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Licenças (i)				
Vazante I	2,86% a.a.	4.698.004	(171.058)	4.526.946
Vazante II	2,86% a.a.	4.630.133	(168.874)	4.461.259
Vazante III	2,86% a.a.	4.668.060	(170.201)	4.497.859
Total		13.996.197	(510.133)	13.486.064
Custo		17.854.637		17.854.637
Amortização acumulada		(3.858.440)		(4.368.573)
Intangível líquido		13.996.197		13.486.064

- (i) Refere-se a aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelos órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar. O montante acima apresentado foi identificado a partir de laudo de avaliação emitido por empresa independente especializada em avaliação de ativos contratada pela Companhia.

A Companhia não identificou redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

11 Direito de uso e passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes (sem considerar reajustes inflacionários futuros), descontados à taxa incremental nominal de 11,31% e 10,39% a.a., obtidas com base nos seus respectivos empréstimos. Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente, e, quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse



arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não reconheceu despesas com arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor, ou despesas com pagamentos variáveis não incluídos na mensuração de passivo de arrendamento. Os ativos de direito de uso, referem-se a contratos firmados com proprietários de terrenos, por onde passam as instalações dos parques fotovoltaicos, e tem duração mínima de 360 meses.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui 02 contratos de arrendamento reconhecidos em seu balanço patrimonial, a seguir:

11.1 Direito de uso

Consolidado			
2025			
Direito de uso de arrendamentos	Saldo em 31/12/2024	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Arrendamento de imóveis	9.451.196	(645.457)	8.805.739
	9.451.196	(645.457)	8.805.739
Consolidado			
2024			
Direito de uso de arrendamentos	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Arrendamento de imóveis	9.891.219	(440.023)	9.451.196
	9.891.219	(440.023)	9.451.196

11.2 Passivo de arrendamento

Consolidado				
2025				
Passivo de arrendamento	Saldo em 31/12/2024	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Arrendamento de imóveis	9.712.024	1.072.764	(1.379.908)	9.404.880
	9.712.024	1.072.764	(1.379.908)	9.404.880
Circulante	1.228.656			483.839
Não circulante	8.483.368			8.921.041

Pirapora III Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado			
	2024			
	Saldo em 31/12/2023	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Passivo de arrendamento				
Arrendamento de imóveis	9.868.744	1.114.256	(1.270.976)	9.712.024
	9.868.744	1.114.256	(1.270.976)	9.712.024
Circulante	1.066.370			1.228.656
Não circulante	7.236.774			8.483.368

12 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ e CSLL	82.580	2.951	82.580	2.951
PIS sobre faturamento	233	170	28.992	65.548
COFINS sobre faturamento	1.336	949	134.072	302.695
Tributos retidos na fonte	705	177	60.984	110.377
	84.854	4.247	306.628	481.571

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

13 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços prestados	24.078	8.440	149.796	125.345
Aquisição de imobilizado	-	-	27.354	217.666
Serviços de manutenção	-	-	503.775	902.396
Custo com energia elétrica	-	-	9.842	-
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	-	12.506
Ressarcimento CCEE (i)	-	-	10.708.985	2.474.767
	24.078	8.440	11.399.752	3.732.680

- (i) O Ciclo de ressarcimento a CCEE correspondente ao saldo anual e quadrienal para o atendimento do compromisso de entrega de energia no ambiente regulado. Em 2025 houve um aumento no ressarcimento apurado devido a restrição de energia imposta pelo agente regulador.

14 Empréstimos e financiamentos

Em 22 de maio de 2018, a Companhia e suas controladas firmaram contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 271.199.000 tendo ocorrido a liberação total até 31 de dezembro de 2022. O objetivo

Pirapora III Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



desta captação foi a implantação (construção) do parque solar.

Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 2,77% a.a. para os subcréditos A1, B1, C1 (R\$ 62.091.000) e A3 (R\$ 166.416.000), e TJLP mais juros de 2,55% para o subcredito A2 (R\$ 41.343.000). Ambos com exigibilidade mensal após o término do período de carência em 15 de junho de 2018.

O valor do principal será amortizado em 192 prestações mensais para os subcréditos A1 e B3, com início em 15 de julho de 2018 até 15 de junho de 2034 e 139 prestações mensais para o subcredito A2, com início em 15 de julho de 2018 até 15 de janeiro de 2030.

Além disso, foi contratado um subcredito específico para a implantação do projeto social na região do parque solar. Sobre o subcredito social incidem TJLP mais juros de 2,64%. O valor do principal será amortizado em 180 prestações mensais.

Abaixo, apresentamos as principais características:

14.1 Linha de crédito

			Consolidado	
Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	2025	2024
Principal BNDES FINEM	R\$ TJLP+2,77% TJLP+2,55% TJLP+2,64%	2023 a 2038	183.612.851	195.772.850
Juros			604.709	638.301
Custos de captação			(676.349)	(739.299)
Financiamento projeto social			(876.850)	(996.611)
			182.664.361	194.675.241
Passivo circulante			17.593.632	16.833.707
Passivo não circulante			165.070.729	177.841.534

14.2 Movimentação dos empréstimos

Saldo inicial em 01/01/2024	208.158.463	Saldo inicial em 01/01/2025	194.675.241
(+) Juros apropriados	17.336.014	(+) Juros apropriados	19.256.870
(-) Amortização juros	(15.760.015)	(-) Amortização juros	(14.921.096)
(-) Amortização principal	(15.077.194)	(-) Amortização principal	(16.376.003)
(-) Amortização juros projeto social	(93.035)	(-) Amortização juros projeto social	(81.089)
(-) Amortização principal projeto social	(71.705)	(-) Amortização principal projeto social	(72.273)
(-) Custo a amortizar	182.713	(-) Custo a amortizar	182.711
Saldo final em 31/12/2024	194.675.241	Saldo final em 31/12/2025	182.664.361

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

Pirapora III Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



Empréstimos e financiamentos	
2027	27.889.887
2028	27.889.887
2029	27.889.887
2030 - 2034	125.504.491
Total	234.728.026

Garantias

Atualmente, o empréstimo conta com penhor de ações, penhor de equipamentos e alienação fiduciária de direitos creditórios.

Covenants

A Companhia deverá manter apuração anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado ("ICSD"). Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo II do Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito nº 18.2.0166.1, verificou-se que o ICSD Consolidado para o ano de 2025 foi de 1,24.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 114.077.506, totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 114.077.506 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Participação%	2025	2024
Acionistas			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	114.077.506	114.077.506
		114.077.506	114.077.506

15.2 Reserva Legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o valor constituído no exercício é de R\$ 198.381 (R\$ 639.879 em 2024), totalizando R\$ 3.081.832.

15.3 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia constituiu em reserva para adicionais propostos outros 75% do lucro líquido para que seja aprovado em assembleia.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios do exercício é de R\$ 942.307 (R\$ 3.039.424 em 2024).

Em 2025, a Companhia pagou os dividendos obrigatórios, constituídos em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 3.039.424.

Pirapora III Solar Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*



Os saldos de dividendos a pagar são demonstrados a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	3.967.610	12.797.574
Base de cálculo dos dividendos	3.967.610	12.797.574
(-) Constituição da reserva legal	(198.381)	(639.879)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	3.769.229	12.157.695
 Dividendos mínimos obrigatórios	 942.307	 3.039.424
Reserva de lucros	2.826.922	-
Dividendos adicionais propostos	-	9.118.271

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

	2025	2024
Saldo Inicial	3.039.424	4.226.580
Dividendos mínimos obrigatórios	942.307	3.039.424
Dividendos adicionais propostos	107.655	17.007.992
Dividendos pagos	(3.147.079)	(21.234.572)
	942.307	3.039.424

15.4 Reserva de lucros

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, assim que aprovado em Assembleia pelos acionistas, a reserva é revertida para dividendos adicionais propostos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo total é de R\$ 2.826.922.

16 Receitas de vendas

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de vendas de energia	60.262.304	63.453.499
(-) Ressarcimento	(8.256.599)	(2.474.767)
Receita bruta	52.005.705	60.978.732
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(386.714)	(420.361)
COFINS	(1.784.832)	(2.179.523)
Total das deduções da receita bruta	(2.171.546)	(2.599.884)
Receita líquida	49.834.159	58.378.848

Pirapora III Solar Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*



A Companhia reconheceu um aumento no ressarcimento apurado devido a restrição de energia imposta pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

17 Custos das Vendas

	Consolidado	
	2025	2024
Custos operacionais		
Seguros	(579.414)	(632.887)
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(45.710)	(178.767)
Aquisição de energia elétrica	(152.753)	-
Outros custos e serviços	(305.908)	(8.856)
	(1.083.920)	(820.510)
Impostos e taxas		
TUST/TUSD (i)	(1.302.244)	(1.275.236)
Taxa de regulamentação	(347.986)	(233.494)
Impostos e taxas diversas	(135)	-
	(1.650.365)	(1.508.730)
Serviços prestados		
Serviços de consultoria	-	(82.453)
Manutenção das instalações	(3.072.256)	(3.187.618)
Serviços de assessoria	-	(115.785)
Serviços de telecomunicações	(274.356)	(259.003)
	(3.346.612)	(3.644.859)
Depreciação e amortização		
Custo com depreciação	(15.320.557)	(15.106.310)
Custo com depreciação do direito de uso	(645.457)	(440.023)
	(15.966.014)	(15.546.333)
Rateio de custos		
Salários	(1.771.490)	(2.172.826)
Serviços prestados pelo exterior	-	(377.390)
	(1.771.490)	(2.550.216)
Total dos custos de vendas	(23.818.266)	(24.070.648)

- (i) A TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) e a TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição) são encargos cobrados pelo uso das redes que transportam a energia elétrica desde as usinas geradoras até o consumidor final.

18 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas administrativas				
Despesas legais	(7.448)	(5.998)	(22.748)	(69.802)

Pirapora III Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



Seguros (Despesas)	-	(1.051)	-	(4.204)
Despesa com amortização	(510.133)	(510.131)	(510.133)	(510.133)
Outras despesas administrativas	-	-	(89.677)	(22.747)
	(517.581)	(517.180)	(622.558)	(606.886)
Impostos e taxas				
Multas	-	(1.417)	(13.013)	(306.328)
Imposto e taxas diversas	-	-	(161.625)	(337.631)
	-	(1.417)	(174.638)	(643.959)
Despesas com serviços prestados				
Honorários de contadores	(34.878)	(33.593)	(139.708)	(134.371)
Serviços de consultoria	(23.033)	(2.100)	(458.713)	(181.264)
Honorários de auditores	(25.847)	(25.320)	(103.389)	(101.279)
Serviços de vigilância	-	-	(180.353)	(173.818)
Serviços de informática	-	-	(5.846)	(4.243)
Outros serviços (Despesas)	-	-	(28.181)	(55.453)
	(83.758)	(61.013)	(916.190)	(650.428)
Rateio de despesas				
Gestão administrativa	-	-	-	(47.280)
	-	-	-	(47.280)
Total das despesas administrativas	(601.339)	(579.610)	(1.713.386)	(1.948.553)

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimento de títulos e valores mobiliários	317.479	114.875	4.479.920	2.577.310
Variações cambiais ativas	14.380	-	302.753	3.127
Outras receitas financeiras	-	-	177	-
	331.859	114.875	4.782.850	2.580.437
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e debentures	-	-	(19.256.869)	(17.336.014)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.072.765)	(1.114.256)
Juros sobre outras operações	-	(561)	(770.343)	(143.065)
Despesas bancárias	(5.371)	(2.819)	(361.292)	(155.051)
Garantias	-	-	(18.000)	(18.000)
Despesas com IOF	(1.657)	(401)	(20.787)	(19.477)
Custos com empréstimos e debêntures	-	-	(182.711)	(182.713)
Tributos sobre receitas financeiras	(15.365)	(5.342)	(15.365)	(5.342)
Variações cambiais passivas	-	-	(398)	(4.516)
Outras despesas financeiras	-	-	(103.442)	-
	(22.393)	(9.123)	(21.801.972)	(18.978.434)
Resultado financeiro	309.466	105.752	(17.019.122)	(16.397.997)

Pirapora III Solar Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*



20 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto	4.008.323	12.801.185	7.282.881	16.081.274
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	1.362.830	4.352.403	2.476.180	5.467.633
Resultados de controladas por equivalência	(1.462.066)	(4.505.292)	-	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	26.870	-	26.870	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	-	2.383	-	2.383
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal	113.079	154.116	113.079	154.116
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	699.142	(2.340.433)
Encargo fiscal	40.713	3.610	3.315.271	3.283.699
Despesa com IR e CS correntes	(40.713)	(3.610)	(3.310.385)	(3.105.500)
Despesa com IR e CS diferidos	-	-	(4.886)	(178.199)
	(40.713)	(3.610)	(3.315.271)	(3.283.699)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	1,02%	0,03%	45,52%	20,42%

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto por natureza				
IRPJ e CSLL sobre Resultado	40.713	3.610	40.713	3.610
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	-	-	1.853.588	2.218.985
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	-	-	1.416.046	837.228
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	-	-	38	45.677
	40.713	3.610	3.310.385	3.105.500

21 Transações com parte relacionadas

21.1 Contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (i)	-	17.015
	-	17.015

(i) Referente a cobrança por custos reembolsáveis pela acionista.

Pirapora III Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



21.2 Contas a pagar

	Consolidado	
	2025	2024
EDF EN do Brasil Participações (i)	-	454.831
Pirapora X Energias Renováveis S.A. (ii)	4.181	2.967
	4.181	457.798

- (i) Contrato de compartilhamento de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração da usina eólica. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento.
- (ii) Refere-se a valores a pagar em função de rateios provenientes do Consórcio Pirapora Interconexões.

21.3 Dividendos a receber

	Controladora	
	2025	2024
Vazante I Energias Renováveis S.A.	258.476	992.528
Vazante II Energias Renováveis S.A.	420.110	1.070.684
Vazante III Energias Renováveis S.A.	342.711	1.083.867
	1.021.297	3.147.079

21.4 Dividendos a pagar

	Controladora	
	2025	2024
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	942.307	3.039.424
	942.307	3.039.424

A movimentação dos dividendos a pagar, bem como a abertura do cálculo de distribuição de dividendos, encontram-se na nota 15.3.

21.5 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2025 e 2024 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora do grupo, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nesses períodos.

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

Pirapora III Solar Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*



- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, conforme categorias abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	47.768	9	412.804	318.681
Contas a receber	-	-	5.248.273	5.089.623
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	17.015
Dividendos a receber	1.021.297	3.147.079	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	348.655	1.657
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	2.883.185	2.777.886	46.289.231	37.549.080
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	24.078	8.440	11.399.752	3.732.680
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	4.181	457.798
Empréstimos e financiamentos	-	-	182.664.361	194.675.241
Debêntures a pagar	-	-	-	-
Dividendos a pagar	942.307	3.039.424	942.307	3.039.424
Passivo de arrendamento	-	-	9.404.880	9.712.024
Passivo para descomissionamento	-	-	1.380.683	1.277.241

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- (i) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de hedge - Os valores contábeis



de títulos e valores mobiliários informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5). Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo.

- (ii) Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- (iii) Empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

22.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	47.768	9	412.804	318.681
Contas a receber	-	-	5.248.273	5.089.623
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	17.015
Dividendos a receber	1.021.297	3.147.079	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	348.655	1.657
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	2.883.185	2.777.886	46.289.231	37.549.080

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de



Liquidação Duvidosa), com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

22.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

22.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

		Controladora			
		2025		2024	
		Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar		24.078	-	8.440	-
Dividendos a pagar		942.307	-	3.039.424	-
		966.385	-	3.047.864	-
		Consolidado			
		2025		2024	
		Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar		11.399.752	-	3.732.680	-
Contas a pagar a partes relacionadas		4.181	-	457.798	-
Empréstimos e financiamentos		25.553.873	234.728.026	28.717.157	258.270.654
Dividendos a pagar		942.307	-	3.039.424	-
Passivo de arrendamento		1.379.908	30.357.976	1.270.976	29.232.448
		39.280.021	265.086.002	37.218.035	287.503.102

22.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa



de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

22.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos através de aportes realizados por seus quotistas e por instituições financeiras terceiras, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos em projetos de geração eólica e solar e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2026, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base na taxa TJLP publicada para o último trimestre de 2025, cuja valor definido foi de 8,28%, sendo está definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo de Financiamento		Juros Projetados para 2026		
Passivos financeiros	2025	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
BNDES	182.664.361		13.995.631	17.494.539	20.993.446

23 Compromissos assumidos

223.1 Contratos de venda de energia

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

ACR		Vazante I		Vazante II		Vazante III	
		2026	2027-2037	2026	2027-2037	2026	2027-2037
	Volume [MWh]	52.560	565.344	52.560	565.344	52.560	565.344
	Preço [R\$/MWh]	399	399	399	399	399	399
	Subtotal [R\$]	20.982.023	225.686.091	20.982.023	225.686.091	20.982.023	225.686.091
	Total [R\$]	20.883.861	225.686.091	20.883.861	225.686.091	20.883.861	225.686.091

24 Seguros

As Companhias mantêm apólices de seguros contratados junto a seguradora definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As Companhias possuem a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 157.784.760, tendo como vigência o período de 30 de junho de 2025 a 30 de junho de 2026.

Pirapora III Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



Coberturas

Importâncias
seguradas

Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental

R\$ 157.784.760

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 1.412.429.379 tendo como vigência o período de 31 dezembro de 2025 a 30 de dezembro de 2026.

Coberturas

Importância seguradas

Lucro cessantes e danos materiais

R\$ 1.412.429.379

André Salgado
Diretor Presidente

Jessica Von Moegen
Diretora Financeira

Roger de Quintanilha Esteves
Contador – CRC/RJ 125542/O-2

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 85556838-51D2-4AC8-8F03-6B1C4167408E

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Pirapora III + Relatório.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 50

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Aline Bandeirinha

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

aline.bandeirinha@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.2

Rastreamento de registros

Status: Original

12 de maio de 2026 | 13:10

Portador: Aline Bandeirinha

aline.bandeirinha@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

12 de maio de 2026 | 14:09

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Bruno Monteiro

bruno.monteiro@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

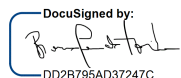
Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Assunto: CN=Bruno Guedes

Monteiro:10055965733

Assinatura



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 201.56.5.228

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 12 de maio de 2026 | 13:11

Visualizado: 12 de maio de 2026 | 14:08

Assinado: 12 de maio de 2026 | 14:09

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Aline Bandeirinha aline.bandeirinha@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 12 de maio de 2026 14:09 Visualizado: 12 de maio de 2026 14:09 Assinado: 12 de maio de 2026 14:09
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	12 de maio de 2026 13:11
Entrega certificada	Segurança verificada	12 de maio de 2026 14:08
Assinatura concluída	Segurança verificada	12 de maio de 2026 14:09
Concluído	Segurança verificada	12 de maio de 2026 14:09

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------